



**AO SENHOR PRESIDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES (SUPEL), ATRAVÉS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DE OBRAS (CPLO) – ESTADO DE RONDÔNIA.**

**Processo administrativo licitatório n. 0020.08423/2022-86**

**Concorrência pública n. 002/2023/CPLO/SUPEL/RO**

**B. P. CONSTRUTORA E METALÚRGICA MORAES**, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o n. 29.173.122/0001-61, com Inscrição Estadual de n. 000000049.24568 e a Inscrição Municipal de n. 527269, localizada na Avenida Rio de Janeiro, n. 3671, Parque Industrial Novo Tempo, Setor 19, no município de Vilhena/RO, por seu representante legal, ao final assinado, ora denominada simplesmente recorrente, vem respeitosamente a presença de Vossa Senhoria interpor o presente **RECURSO ADMINISTRATIVO**, inconformada com a decisão da digna comissão de licitação na fase de julgamento de habilitação, expondo e requerendo o que segue.

## **1 – PRELIMINARMENTE**

- **A tempestividade**

Identifica-se que a decisão a qual se recorre com o presente instrumento foi proferido no dia 04 de maio de 2023, pelo presidente substituto da Comissão Permanente de Licitações de Obras (CPLO).

A própria decisão traz em seu corpo a informação do prazo hábil para se recorrer, demonstrando que será de 05 (cinco) dias úteis após a publicação da mesma, o que segue a determinação legal insculpida no artigo 109, inciso I, alínea *a*, da Lei n. 8.666/93, combinado com os §§4º e 5º:

**Art. 109.** Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:  
**I** - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

**a)** habilitação ou inabilitação do licitante;

**§4º.** O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

**§5º.** Nenhum prazo de recurso, representação ou pedido de reconsideração se inicia ou corre sem que os autos do processo estejam com vista franqueada ao interessado.

Portanto, resta incontestável a possibilidade de se recorrer da decisão, sendo a interposição do presente recurso administrativo tempestiva.

- **O cabimento do recurso e o efeito suspensivo**

Precipuamente, esclarece a recorrente que a interposição deste recurso administrativo é o exercício do direito e da garantia constitucional do contraditório e da ampla defesa, jamais havendo por parte desta empresa o interesse em tentativa de frustrar o procedimento licitatório; ao contrário, o objetivo sempre foi e será de que esse ocorra dentro dos ditames legais, sob a égide dos sagrados e basilares princípios da legalidade e da igualdade.

Atende a empresa recorrente os pressupostos para admissão da inconformidade, uma vez que os requisitos a que alude o doutrinador Marçal Justen Filho, quais sejam os subjetivos, consubstanciados no interesse recursal (a recorrente será a beneficiada com o julgamento positivo do recurso) e na legitimidade (a recorrente foi a empresa lesionada com a decisão e assim permanecerá se a mesma for mantida de forma negativa), e os requisitos objetivos, estes aportados na existência do ato administrativo de cunho decisório (a própria decisão), tempestividade (está dentro do prazo disponibilizado pela lei), forma escrita (segue o recurso formalmente), fundamentação (o que será melhor apontando no tópico seguinte) e o pedido de nova decisão (que segue na fundamentação e final do recurso).

Espera que se receba esta peça como efetiva contribuição à legalidade do procedimento, recordando-se que, de acordo com o §2º do artigo 109 da Lei 8.666/93, bem como o disposto no item 13.2 do edital (correspondente a transcrição do mencionado artigo), solicita a recorrente que seja atribuído efeito suspensivo ao apelo.

**Art. 109. §2º.** O recurso previsto nas alíneas "a" e "b" do inciso I deste artigo terá efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva aos demais recursos.

Logo, inexistindo impedimento para que o andamento do procedimento licitatório fique suspense até a decisão final deste recurso, requer-se a aplicação do efeito suspensivo.

## **2 – AS RAZÕES PARA A REFORMA DA DECISÃO**

A recorrente, participante do procedimento licitatório em debate, foi inabilitada nos seguintes termos:

*“(...) Inabilitar as empresas (...) BP CONSTRUTORA E METALÚRGICA MORAES por não apresentarem a declaração emitida pela Gerência de Reinserção Social da Secretaria de Estado da Justiça - SEJUS/RO, que dispõe acerca de pessoas privadas de liberdade, em regime semiaberto ou egressos, aptas à execução de trabalho, nos termos do Decreto nº 25.783, de 1º de fevereiro de 2021, descumprido parcialmente assim, o subitem 15.1, alínea "e", do Edital”.*

A equivocada decisão merece reforma no que diz respeito a empresa recorrente, sendo necessário esclarecer o que, em verdade, é disposto no instrumento convocatório. Embora o edital exija a apresentação de declaração, não contempla um modelo específico no item citado. Vejamos:

### **15.1 - DA QUALIFICAÇÃO JURÍDICA:**

**e)** Declaração do licitante de que, caso seja vencedor, contratará pessoas privadas de liberdade, em regime semiaberto ou egressos nos termos do Decreto nº 25.783, de 1º de fevereiro de 2021, que regulamenta a Lei Estadual nº 2.134, de 23 de julho de 2012, acompanhada de declaração emitida pela Gerência de

Reinserção Social da Secretaria de Estado da Justiça - SEJUS, que dispõe acerca de pessoas aptas à execução de trabalho;

Esclarece que o trecho foi extraído do edital, constando nas páginas 9 e 10 onde segue elencado os documentos exigidos para a habilitação da empresa dentro do envelope 01. Para que não fique dúvidas do que está exposto, segue a imagem:



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Proc. Adm. nº 0020.084523/2022-86  
CP nº 002/2023/CPL0/SUPEL/RO  
Página 9 de 56

- e) Declaração do licitante de que, caso seja vencedor, contratará pessoas privadas de liberdade, em regime semiaberto ou egressos nos termos do Decreto nº 25.783, de 1º de fevereiro de 2021, que regulamenta a Lei Estadual nº 2.134, de 23 de julho de 2012, acompanhada de declaração emitida pela Gerência de Reinserção Social da Secretaria de Estado da Justiça - SEJUS, que dispõe acerca de pessoas aptas à execução de trabalho;

Desse modo, a recorrente preencheu o requisito para habilitação em questão, colocando em seu envelope a declaração de que contratará pessoas privadas de liberdade, em regime semiaberto ou egressos, utilizando o modelo fornecido no edital (Anexo XII, página 47 do edital).

A recorrente devidamente preencheu a declaração e a mesma foi entregue na documentação, tanto assim o é que na abertura e conferência inicial da documentação, no dia 27 de abril de 2023, constando a habilitação em vídeo.

Mediante a declaração entregue pela recorrente, essa se comprometeu a contratar, em cada contrato firmado, o percentual de pessoas privadas de liberdade, no regime semiaberto e egressas do sistema prisional para o cumprimento dos objetos pactuados nos percentuais expostos por lei, estando o percentual condicionado à disponibilidade de pessoas privadas de liberdade.

A menção feita no parágrafo anterior, do que exatamente a recorrente se comprometeu em realizar, é necessária para que fique claro que, primeiro, ela apresentou a declaração nos termos do edital – que não exigiu uma declaração específica em seu corpo – e, segundo, que a contratação se dará em momento futuro, com o ganho do certame. A empresa, a partir do momento em que lhe for entregue o prêmio da concorrência, é que passará ao dever de cumprir com a contratação. Não há como uma

empresa realizar a contratação anterior, sendo que essa, além de depender da obrigação que surgirá com a validação do certame em seu favor, ainda terá o percentual a ser analisado de acordo com a disponibilidade do sistema prisional.

De acordo com informações, a recorrente estaria parcialmente inabilitada por estar a declaração citada ausente, requerendo a comissão a presença daquela descrita no Anexo XII do edital, página 48, onde ficaria constando o nome do apenado, seu número no Cadastro de Pessoas Físicas e a previsão do término de sua pena, ou seja, quais seriam as pessoas aptas ao trabalho nos termos da declaração anterior.

Frisa-se que a declaração constante no Anexo XII não pode ser motivo de inabilitação da recorrente, haja vista que a mesma não consta discriminada no edital, subitem 15.1, alínea e, como exigência específica para manutenção da empresa no certame. A declaração, nos termos exigidos, consta na documentação – tendo a empresa sido aprovada quando da abertura inicial dos envelopes – não podendo preencher uma declaração com informações futuras em que a declaração no Anexo XI somente torna obrigatório em caso de vencimento do certame.

Em caso de ser exigido da recorrente que preenchesse a declaração com quadro de pessoal em caráter de regime semiaberto e/ou egressas que já consta trabalhando para ela em outras obras – porque a empresa é consciente e cumpridora da lei, sempre procedendo a contratação quando possível e disponibilizado pelo sistema prisional – deveria essa informação constar claramente no edital.

Não há como ser exigido de uma empresa, no caso a recorrente, algo que não está perfeitamente exposto no instrumento convocatório, seguindo a decisão para um excesso de formalismo, além de contrariar princípios administrativos.

Com efeito, a despeito da declaração entregue pela recorrente não conter o quadro de pessoas listada em declaração diversa, o documento entregue inicialmente atende perfeitamente o objetivo a que se propõe, qual seja, garantir à Administração que a licitante contratará pessoas privadas de liberdade, em regime semiaberto ou egressos nos termos do Decreto n. 25.783/2021 e que essa contratação ocorrerá somente caso a licitante seja vencedora do certame, não dispondo o edital cabalmente o contrário.

Mostra-se desarrazoada e dotada de excesso de formalismo a inabilitação para que participe do restante das etapas do procedimento licitatório, no que diz respeito a recorrente. Sobre o excesso de formalismo, assim o Tribunal de Constas da União se

propõe, ao “*combate o formalismo exagerado do administrador, quando este aplica restritivamente as cláusulas do edital, de modo a excluir indevidamente possíveis licitantes*”, segue trecho:

(...) Em seu voto, o relator reforçou a posição de que o Tribunal combate o formalismo exagerado do administrador, quando este aplica restritivamente as cláusulas do edital, de modo a excluir indevidamente possíveis licitantes. Defendeu como salutar a atuação do controle externo até no sentido de, ao apreciar casos concretos submetidos a seu crivo, afastar as próprias cláusulas do edital que se mostram desarrazoadas e prejudiquem a competitividade da licitação. Nesse mesmo sentido, mencionou o voto condutor do Acórdão n. 3.046/2008-Plenário. No caso concreto, concluiu o relator que o BNB não procedeu ao arripio do edital, nem se 7 mostraram desarrazoados os critérios de julgamento observados pelo banco para a desclassificação das licitantes. Destacou que o representante do Ministério Público junto ao TCU, em seu parecer, demonstrou com precisão que todas as propostas desclassificadas apresentaram alguma inconsistência no custo da mão de obra, notadamente pela falta de cotação dos adicionais noturno, de insalubridade e de periculosidade". (...) No entanto, se isso não ocorrer, esse ônus recai sobre a administração (...), conforme a Súmula 331, IV, do TST (...). E arrematou o relator: "a falta de segurança por parte da administração em conhecer especificamente como se compõem os itens de custo, tais como os mencionados, compromete o julgamento objetivo para a natureza do objeto pretendido, que cuida essencialmente de prestação de serviços terceirizados". Acompanhando a manifestação do relator, deliberou a Primeira Câmara no sentido de considerar improcedente a representação. Acórdão n. 744/2010-1 a Câmara, TC-010.109/2009-9, rel. Min. Valmir Campelo, 23.02.2010. Licitação para contratação de bens e serviços: 2 - As exigências para o fim de habilitação devem ser compatíveis com o objeto da licitação, evitando-se o formalismo desnecessário. (Acórdão n. 7334/2009 – 2ª Câmara. Acórdão n. 2003/2011; Plenário, TC-008.284/2005-9; relator: Augusto Nardes)

Ainda nas tomadas de contas anuais do Terceiro Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego (Cindacta III) julgadas pelo Tribunal de Contas da União, outra irregularidade apurada foi a inabilitação de uma empresa em uma licitação por não ter acrescido à declaração exigida pelo inciso V do artigo 27 da Lei n. 8.666/ 1993 a expressão “exceto na condição de menor aprendiz”. Ao examinar o assunto, a unidade técnica considerou que a inabilitação, pela razão apontada, denotaria excesso de rigor formal, pois a declaração da empresa eliminada afirmava não haver menores trabalhando em seus quadros.

Assim, ainda para a unidade responsável pelo processo, a partir dessa declaração, o gestor público somente poderia concluir pela inexistência de menores aprendizes. Afinal, menores aprendizes são menores. E como havia sido informada a inexistência de menores trabalhando, não era razoável se depreender que a empresa empregasse menores aprendizes.

Caberia, no máximo, por parte da instituição promotora da licitação promover diligência destinada a esclarecer a questão, indagando da empresa a utilização ou não de menores aprendizes, o que não configuraria irregularidade, qualquer que fosse a resposta obtida.

Igual entendimento se tem no caso em tela. A recorrente apresentou a declaração exigida, na qual claramente se comprometeu a proceder a contratação de pessoas que estejam em cumprimento de pena junto ao sistema prisional nos termos da lei, caso seja vencedora do certame. O que caberia ao caso, se a ora instituição que promove a licitação entende faltar um documento que não está especificado, exigindo um formalismo exacerbado, era realizar uma diligência, solicitando à empresa nova declaração, discriminando o que entende necessário.

Ademais, a inabilitação do participante devido a um mero vício formal, escusável e sanável se confronta com o próprio interesse público, fundado na ampla participação de todos os interessados – que, evidentemente, preenchem os requisitos básicos exigidos – para oportunizar à Administração a escolha da proposta mais vantajosa, além de ferir o direito de participação do licitante que preencheu as exigências básicas exigidas no certame.

Nesse sentido, são os entendimentos jurisprudenciais:

ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. EXIGÊNCIA EDITALÍCIA. FINALIDADE DA EXIGÊNCIA. EXCESSO DE FORMALISMO. ILEGALIDADE. Apesar da Administração estar vinculada às condições do Edital, configura-se excesso de formalismo excluir empresa que demonstra, de forma diversa da prevista no Edital, preencher os requisitos à finalidade da exigência editalícia. (AMS 2007.72.00.000303-8/SC; Relator: Edgard Antônio Lippmann Júnior)

MANDADO DE SEGURANÇA. PROCESSO DE LICITAÇÃO. FALTA DE INSTRUMENTO DE MANDATO NA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE HABILITAÇÃO. EXIGÊNCIA FORMAL SANÁVEL. Filio-me ao entendimento já proferido por esta Corte no sentido de que a inabilitação do



participante devido a um mero vício formal e sanável confronta-se com o próprio interesse público, fundado na ampla participação de todos os interessados - que, evidentemente, preencham os requisitos básicos exigidos - para oportunizar à Administração a escolha da proposta mais vantajosa, além de ferir o direito de participação do licitante que preencheu as exigências básicas exigidas no certame. (TRF4, APELREEX 2007.70.00.011319-8, Terceira Turma; Relatora: Maria Lúcia Luz Leiria)

MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. PROPOSTA TÉCNICA. INABILITAÇÃO. ARGÜIÇÃO DE FALTA DE ASSINATURA NO LOCAL PREDETERMINADO. ATO ILEGAL. EXCESSO DE FORMALISMO. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. 1. A interpretação dos termos do Edital não pode conduzir a atos que acabem por malferir a própria finalidade do procedimento licitatório, restringindo o número de concorrentes e prejudicando a escolha da melhor proposta. 2. O ato coator foi desproporcional e desarrazoado, mormente tendo em conta que não houve falta de assinatura, pura e simples, mas assinaturas e rubricas fora do local preestabelecido, o que não é suficiente para invalidar a proposta, evidenciando claro excesso de formalismo. Precedentes. 3. Segurança concedida. (STJ, MS 5.869/DF; Relatora: Laurita Vaz; 1ª Seção)

Destaque-se que, apesar do dever de obediência ao princípio da legalidade, não se pode admitir o formalismo em excesso, que acaba por prejudicar a administração pública. Nas palavras do professor Marçal Justen Filho:

*Não é incomum constar do edital que o descumprimento a qualquer exigência formal acarretará a nulidade da proposta. A aplicação dessa regra tem de ser temperada pelo princípio da razoabilidade. É necessário ponderar os interesses existentes e evitar resultados que, a pretexto de tutelar o interesse público de cumprir o edital, produzam a eliminação de propostas vantajosas para os cofres públicos. Certamente, não haveria conflito se o ato convocatório reservasse a sanção de nulidade apenas para as desconformidades efetivamente relevantes. Mas nem sempre é assim. Quando o defeito é irrelevante, tem de interpretar-se a regra do edital com atenuação.*

Repete-se que a despeito da declaração de compromisso de contratação de pessoas presas ou egressas no sistema prisional apresentada pela recorrente não conter lista de apenadas e sua qualificação com assinatura de responsável pela execução penal do estado de Rondônia, a mesma ainda é capaz de mostrar o compromisso e atrelar a empresa à obrigação de contratação, em caso de vencimento do certame, não cabendo inabilitação quando o compromisso claramente está prestado.



No mais, o princípio a vinculação ao edital não pode ser interpretado de forma tão rigorosa a ponto de se sobrepor ao objetivo da licitação e ao interesse público. A ora recorrente cumpriu com as exigências do subitem 15.1, alínea e, o qual fala sobre a declaração de compromisso.

Eventual irregularidade formal constatada não se mostra prejudicial aos outros participantes do certame e, ainda, não constituíram ofensa ao princípio da isonomia e economicidade buscada pelo processo licitatório. Nesse sentido, colaciona-se o seguinte precedente jurisprudencial:

ADMINISTRATIVO, LICITAÇÃO. VINCULAÇÃO AO EDITAL. FORMALISMO. EXCESSO. Deve ser desconsiderado o excesso de formalismo que venha a prejudicar o interesse público. Não é razoável a desclassificação da proposta mais vantajosa para a Administração Pública na hipótese de meros equívocos formais. A ausência de juntada da cópia da Convenção Coletiva do Trabalho e a "suposta" falta de especificação da reserva técnica incidente sobre os insumos nenhum prejuízo trouxe ao Certame e à Administração. (TRF4, MAS 2000.04,01,111700-0, Terceira Turma, Relator Eduardo Tonetto Picarelli)

Se a pretensão é manter um formalismo em excesso, prejudicando até mesmo o interesse público, sequer a empresa habilitada na decisão deveria prosseguir, visto que entregou a documentação fora da ordem prevista no instrumento convocatório (subitem 14.3, página 8, do edital):

**14.3.** Para fins de agilização da fase de habilitação do certame licitatório, todos os volumes poderão ser, encadernados (na forma como decidir o competidor), com todas as folhas rubricadas pelo (s) representante (s) legal da empresa e numeradas, em ordem crescente, e ainda para agilizar a análise e o julgamento das Propostas de Preços, solicitamos que as Planilhas Orçamentárias sejam disponibilizadas em CD.

A empresa habilitada não cumpriu o formalismo que ora é exigido da recorrente, não colocando os documentos numerados em ordem correta o que não agilizou o processo, conforme o edital prevê. Tem-se que, no caso dela, o formalismo foi deixado de lado, sendo algo sanável, enquanto que a ora recorrente, que igualmente não seguiu em excesso o formalismo, mas que preencheu, sim, as exigências está sendo penalizada com a inabilitação em uma decisão desarrazoada.



Assim, após tão esclarecedores argumentos sobre o assunto, resta-se apenas, em reforço ao já explicitado, ressaltar que a forma prescrita no edital não pode ser encarada com excesso de formalismo pela Administração a ponto de excluir do certame concorrente que possa oferecer condições mais vantajosas na execução do objeto licitado, haja vista que demonstrou preencher os requisitos exigidos, sendo contrário aos princípios do ato administrativo o excesso formal desarrazoado.

### **3 – O PEDIDO**

Diante de todo exposto, faz-se necessário o presente recurso administrativo, como medida de justiça e de direito, pois como única opção para a recorrente, de modo a garantir sua participação em igualdade de condições e ser declarada habilitada no procedimento licitatório em apreço, devendo o recurso ser recebido com efeito suspensivo, nos termos debatidos.

Termos em que, pede e espera deferimento.

Vilhena/RO, 08 de maio de 2023.

---

**Responsável:** Paula Maria Lemos Moraes

**Cargo:** sócia administradora

**RG n.** 12.622-93 SESDEC/RO

**CPF n.** 013.222.002-46